

28-10-2013

ORDEM DO DIA:

I

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA

1.1 – Aprovação do Regimento da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço.

1.2 - Delegação de competências no Presidente da Câmara (art. 34.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro).

2. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1 - Autorização genérica para dispensa de parecer prévio da Câmara na celebração de contratos de prestação de serviços – art. 75.º da LOE de 2013 (Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro).

2.2 Contrato de Prestação de Serviços – Serviços de Eletricidade - Parecer Prévio Vinculativo – art. 75.º da LOE de 2013 (Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro).

II

EDUCAÇÃO, CULTURA E ACÇÃO SOCIAL

1. EDUCAÇÃO

1.1 – Ação Social Escolar – Atribuição de Subsídio para Aquisição de Livros e Material Escolar e Subsídio para Refeições.

III

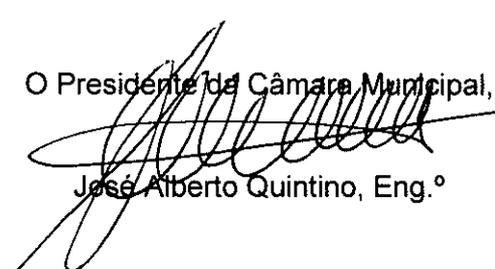
OUTROS

1.1 - Encerramento da Repartição de Finanças de Sobral de Monte Agraço.

1.2 - Proposta de transmissão das reuniões da Câmara Municipal em *Livestream*.

Sobral de Monte Agraço, 24 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,



José Alberto Quintino, Eng.º



Ata n.º 21

**Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Realizada no dia vinte e oito de outubro de dois mil e treze**

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e treze, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, Senhor José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Pedro Miguel da Silva Coelho dos Santos, Sérgio Paulo de Campos Bogalho, Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz e Ana Patrícia Duarte Vitorino. Também esteve presente Maria Manuela Paula de Castro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretário. _____

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram dezoito horas e cinco minutos. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Um. Presente o Resumo Diário da Tesouraria número **duzentos e seis** de sexta-feira, cujo total de disponibilidades é de **oitocentos e cinquenta e três mil trezentos e cinquenta e sete euros e trinta e sete cêntimos** sendo **seiscentos e trinta e sete mil quinhentos e dezassete euros e onze cêntimos** de operações orçamentais e **duzentos e quinze mil oitocentos e quarenta euros e vinte e seis cêntimos** de operações não orçamentais. _____

I

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

UM. GESTÃO ADMINISTRATIVA _____

Um.um – Regimento da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço _____

O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta: _____

Regimento da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço _____

Considerando que: _____

a) *Nos termos do disposto na alínea a), do artigo trigésimo nono, da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar o seu regimento;* _____

b) *Foi elaborado o Regimento da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço para o Mandato dois mil e treze barra dois mil e dezassete, conforme documento anexo à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos.* _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprove o seu Regimento, para o mandato dois mil e treze barra dois mil e dezassete, nos termos e para os efeitos da alínea a), do artigo



trigésimo nono, da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

Sobral de Monte Agraço, vinte e quatro de outubro de dois mil e treze _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Engenheiro" _____

Na sequência da proposta apresentada, o Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que tinha analisado com muita atenção o teor do Regimento da Câmara Municipal anexo à proposta, sendo que, e relativamente ao número dois, do artigo sétimo, sob a epígrafe "Ordem do dia", propôs que, quando pela natureza das matérias a discutir (por exemplo: prestação de contas, documentos previsionais, regulamentos, etc.) os documentos fossem distribuídos para apreciação com uma antecedência maior que os dois dias úteis aí referidos. _____

O Senhor Presidente, agradeceu a intervenção do Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz, dizendo, no entanto, que este é um procedimento que há já algum tempo vem sendo adotado, para que, efetivamente, haja oportunidade de proceder à análise de documentos mais complexos e relevantes para a gestão da Autarquia. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o seu Regimento, para o mandato dois mil e treze barra dois mil e dezassete, nos termos e para os efeitos da alínea a), do artigo trigésimo nono, da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

Um.dois – Delegação de competências no Presidente da Câmara (artigo trigésimo quarto da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro) _____

O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

"Proposta: _____

Delegação de competências no Presidente da Câmara (artigo trigésimo quarto da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro) _____

Considerando que: _____

- a) Nos termos do artigo trigésimo quarto, número um da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara Municipal pode delegar as suas competências no respetivo Presidente, salvo nas matérias que de forma expressa a lei não permita; _____
- b) Para além da lei habilitante, a delegação de competências depende de ato expreso de delegação, com indicação precisa das matérias delegadas, conforme artigo trigésimo sétimo do CPA; _____
- c) Os atos delegados estão sujeitos a publicação, devendo ser afixados nos lugares de estilo quando não exista boletim municipal, de acordo com o disposto no artigo quinquagésimo sexto, número um da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, bem como no número dois, do artigo trigésimo sétimo, do CPA. _____

Propõe-se que: _____

Um. A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere a delegação no Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo trigésimo quarto, número um, da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, das seguintes competências: _____

- a) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações; _____
- b) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba; _____
- c) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei; _____
- d) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade; _____
- e) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central; _____
- f) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal; _____
- g) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal; _____
- h) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas; _____
- i) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos; _____
- j) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos; _____
- k) Executar as obras, por administração direta ou empreitada; _____
- l) Alienar bens móveis; _____
- m) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- n) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal; _____
- o) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal; _____
- p) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares; _____



- q) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos; _____
- r) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos; _____
- s) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura; _____
- t) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central; _____
- u) Designar os representantes do município nos conselhos locais; _____
- v) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central; _____
- w) Administrar o domínio público municipal; _____
- x) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos; _____
- y) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia; _____
- z) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios; _____
- aa) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município; _____
- bb) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município; _____
- cc) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição; _____
- dd) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município; _____
- ee) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado. _____

Dois. A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, ainda, a delegação no Presidente de todos os atos de licenciamento urbanístico e reabilitação urbana constantes do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, conforme disposto no Decreto Lei quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na redação dada pela Lei sessenta barra dois mil e sete, de quatro de setembro; _____

Três. A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, também, no âmbito da contratação pública, a delegação da competência da autorização de despesa até ao limite de trezentos mil euros, nos termos do disposto no artigo décimo oitavo, número um, alínea b) e artigo vigésimo nono, número dois, do Decreto – Lei cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho, conjugado com a alínea f), do artigo décimo quarto, do Decreto – Lei dezoito barra dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro; _____

Quatro. A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, finalmente, a delegação no Presidente da Câmara das competências cometidas a este órgão nas seguintes matérias: _____

- a) Sistema Nacional de Defesa das Florestas contra Incêndios – Decreto Lei cento e vinte e quatro barra dois mil e seis, de vinte e oito de junho, alterado pelo Decreto Lei quinze barra



dois mil e nove e dezassete barra dois mil e nove, de catorze de janeiro e Decreto Lei cento e catorze barra dois mil e onze, de trinta de novembro (artigo vigésimo sétimo, número dois e artigo vigésimo nono, número dois); _____

b) Funcionamento dos estabelecimentos comerciais – Decreto Lei quarenta e oito barra noventa e seis, de quinze de maio, alterado pelo Decreto Lei cento e vinte e seis barra noventa e seis, de dez de agosto (artigo terceiro); _____

c) Utilização da via pública para realização de atividades contudentes com o trânsito – Decreto Regulamentar dois-A barra dois mil e cinco, de vinte e quatro de março (artigo oitavo, número um, artigo nono, número um e artigo décimo primeiro, número três); _____

d) Comércio não sedentário de carnes e seus produtos afins – Decreto Lei trezentos e sessenta e oito barra oitenta e oito, de quinze de outubro (artigo quarto, número três, artigo sétimo, número um, artigo oitavo e artigo nono); _____

e) Manutenção e instalação de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes – Decreto Lei trezentos e vinte barra dois mil e dois, de vinte e oito de dezembro (artigo sétimo, décimo primeiro e vigésimo sexto); _____

f) Licenciamento do exercício e fiscalização de atividades diversas – Decreto Lei duzentos e sessenta e quatro barra dois mil e dois, de vinte e cinco de novembro e Decreto Lei trezentos e dez barra dois mil e dois, de dezoito de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto Lei duzentos e quatro barra dois mil e doze, de vinte e nove de agosto (artigos quarto, décimo oitavo, vigésimo sétimo, vigésimo nono, trigésimo terceiro, trigésimo nono, número dois, quinquagésimo, número um e quinquagésimo segundo, numero um); _____

g) Atividade e mercado de transportes em táxi – Decreto Lei duzentos e cinquenta e um barra noventa e oito, de onze de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Lei quarenta e um barra dois mil e três, de onze de março (artigos décimo segundo, décimo terceiro e décimo quarto). _
Sobral de Monte Agraço, vinte e quatro de outubro de dois mil e treze _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Engenheiro” _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, a delegação no Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo trigésimo quarto, número um, da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, das seguintes competências: ____

a) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações; _____

b) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba; _____

c) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei; _____

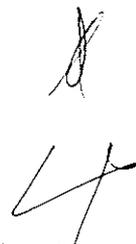
d) Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade; _____



- e) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central; _____
- f) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal; _____
- g) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal; _____
- h) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas; _____
- i) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos; _____
- j) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos; _____
- k) Executar as obras, por administração direta ou empreitada; _____
- l) Alienar bens móveis; _____
- m) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- n) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal; _____
- o) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal; _____
- p) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares; _____
- q) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos; _____
- r) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos; _____
- s) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura; _____
- t) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central; _____
- u) Designar os representantes do município nos conselhos locais; _____
- v) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central; _____
- w) Administrar o domínio público municipal; _____



- x) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos; _____
- y) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia; _____
- z) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios; _____
- aa) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município; _____
- bb) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município; _____
- cc) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição; _____
- dd) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município; _____
- ee) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado. _____
- Deliberou, ainda, a delegação no Presidente de todos os atos de licenciamento urbanístico e reabilitação urbana constantes do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, conforme disposto no Decreto Lei quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na redação dada pela Lei sessenta barra dois mil e sete, de quatro de setembro; _____
- Deliberou, também, no âmbito da contratação pública, a delegação da competência da autorização de despesa até ao limite de trezentos mil euros, nos termos do disposto no artigo décimo oitavo, número um, alínea b) e artigo vigésimo nono, número dois, do Decreto – Lei cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho, conjugado com a alínea f), do artigo décimo quarto, do Decreto – Lei dezoito barra dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro; _____
- Deliberou, finalmente, a delegação no Presidente da Câmara das competências cometidas a este órgão nas seguintes matérias: _____
- a) *Sistema Nacional de Defesa das Florestas contra Incêndios – Decreto Lei cento e vinte e quatro barra dois mil e seis, de vinte e oito de junho, alterado pelo Decreto Lei quinze barra dois mil e nove e dezassete barra dois mil e nove, de catorze de janeiro e Decreto Lei cento e catorze barra dois mil e onze, de trinta de novembro (artigo vigésimo sétimo, número dois e artigo vigésimo nono, número dois); _____*
- b) *Funcionamento dos estabelecimentos comerciais – Decreto Lei quarenta e oito barra noventa e seis, de quinze de maio, alterado pelo Decreto Lei cento e vinte e seis barra noventa e seis, de dez de agosto (artigo terceiro); _____*
- c) *Utilização da via pública para realização de atividades contundentes com o trânsito – Decreto Regulamentar dois-A barra dois mil e cinco, de vinte e quatro de março (artigo oitavo, número um, artigo nono, número um e artigo décimo primeiro, número três); _____*
- d) *Comércio não sedentário de carnes e seus produtos afins – Decreto Lei trezentos e sessenta e oito barra oitenta e oito, de quinze de outubro (artigo quarto, número três, artigo sétimo, número um, artigo oitavo e artigo nono); _____*



e) *Manutenção e instalação de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes – Decreto Lei trezentos e vinte barra dois mil e dois, de vinte e oito de dezembro (artigos sétimo, décimo primeiro e vigésimo sexto); _____*

f) *Licenciamento do exercício e fiscalização de atividades diversas – Decreto Lei duzentos e sessenta e quatro barra dois mil e dois, de vinte e cinco de novembro e Decreto Lei trezentos e dez barra dois mil e dois, de dezoito de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto Lei duzentos e quatro barra dois mil e doze, de vinte e nove de agosto (artigos quarto, décimo oitavo, vigésimo sétimo, vigésimo nono, trigésimo terceiro, trigésimo nono, número dois, quinquagésimo, número um e quinquagésimo segundo, numero um); _____*

g) *Atividade e mercado de transportes em táxi – Decreto Lei duzentos e cinquenta e um barra noventa e oito, de onze de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Lei quarenta e um barra dois mil e três, de onze de março (artigos décimo segundo, décimo terceiro e décimo quarto). _*

DOIS. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

Dois.um – Autorização genérica para dispensa de parecer prévio da Câmara na celebração de contratos de prestação de serviços _____

A Doutora Manuela Castro, com a anuência do Senhor Presidente, efetuou uma breve explicação da proposta apresentada, referindo que a autorização genérica em causa visa a dispensa de parecer prévio para a realização de algumas despesas, designadamente no que se refere aos contratos de prestação de serviços, dando como exemplo, as reparações de veículos e as manutenções dos aparelhos de ar condicionado existentes nos edifícios municipais. Desta autorização genérica ficam excluídas as celebrações ou renovações de contratos de prestação de serviços, nas modalidades de tarefa e avença e as consultorias técnicas que serão sempre presentes em reunião de câmara para obtenção do referido parecer. _____

O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta: _____

Autorização genérica para dispensa de parecer prévio da Câmara na celebração de contratos de prestação de serviços _____

Considerando que: _____

a) *A Lei cinquenta e cinco A barra dois mil e dez, de trinta e um de dezembro e a Lei sessenta e quatro B barra dois mil e onze, de trinta de dezembro, que aprovaram, respetivamente, os Orçamentos de Estado para os anos de dois mil e onze e dois mil e doze, vieram introduzir um conjunto de medidas com vista a reduzir os encargos do Estado e das entidades públicas em geral, medidas estas que tiveram continuidade no Orçamento de Estado para dois mil e treze – Lei sessenta e seis B barra dois mil e doze, de trinta e um de dezembro; _____*

b) *Nos termos do número quatro do artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado dois mil e treze, carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área*



das finanças, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria do referido membro do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro, alterada pelas Leis sessenta e quatro A barra dois mil e oito, de trinta e um de dezembro, três B barra dois mil e dez, de vinte e oito de abril, trinta e quatro barra dois mil e dez, de dois de setembro, cinquenta e cinco A barra dois mil e dez, de trinta e um de dezembro, sessenta e quatro B barra dois mil e onze, de trinta de dezembro e sessenta e seis B barra dois mil e doze, de trinta e um de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: _____

b.um) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; _____

b.dois) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica; _____

c) No número dez do mesmo artigo e diploma estatuiu-se que "Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 [transcrito no parágrafo anterior] é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas al. a) e c) do n.º 5, bem como da al. b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril"; _____

d) Daqui resulta que tanto a celebração de contratos de prestação de serviços, como a respetiva renovação, está sujeita a parecer vinculativo do órgão executivo; _____

e) Em dezassete de janeiro de dois mil e treze, foi publicada a Portaria dezasseis barra dois mil e treze, que regulamenta, para a Administração Central, os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no número quatro do artigo septuagésimo quinto da Lei sessenta e seis B barra dois mil e doze, de trinta e um de dezembro, e nos números quatro e cinco do artigo trigésimo quinto da Lei doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro, na sua atual redação; _____

f) Não se encontra publicada a Portaria a que se refere o número um do artigo sexto do Decreto Lei duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de setembro, o que faz com que para a Administração Local não exista, à semelhança dos anos de dois mil e onze e dois mil e doze, regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto no número quatro e dez do artigo septuagésimo quinto da Lei sessenta e quatro B barra dois mil e doze, de trinta e um de dezembro, e nos números quatro e cinco do artigo trigésimo quinto da Lei doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro, na sua atual redação; _____

g) Apesar de tal ausência de regulamentação para a Administração Local poder conduzir à inexigibilidade de adoção do regime ali previsto, tem sido entendimento da Câmara Municipal que a contratação abrangida por aquele diploma está sujeita a parecer prévio deste órgão, de caráter concreto ou genérico, à semelhança, aliás, do que se verificou nos anos de dois mil e



onze, dois mil e doze e até ao termo do mandato, conforme deliberações datadas de seis de junho de dois mil e onze, onze de janeiro de dois mil e doze e vinte e um de janeiro de dois mil e treze; _____

h) No âmbito da prossecução das atribuições do Município, deve garantir-se que são criados instrumentos destinados a assegurar eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, o que se não conseguirá sem que, entre outras medidas, à semelhança do que sucedeu para a Administração Central com a publicação das Portarias quatro A barra dois mil e onze, de três de janeiro, nove barra dois mil e doze, de dez de janeiro e dezasseis barra dois mil e treze, de dezassete de janeiro, se estabeleça uma autorização genérica para efeitos de parecer prévio vinculativo; _____

i) Tal autorização genérica, não deixando de ter tratamento uniforme com o estabelecido para a Administração Central, deverá refletir a realidade municipal, desde logo no que se refere ao universo de contratação necessária para o assegurar do normal funcionamento dos serviços, bem como ao cumprimento das metas consagradas em orçamento e plano de atividades para dois mil e treze, muito em especial as que envolvam financiamento externo; _____

j) Por outro lado, e tendo presente a ratio da norma – artigo septuagésimo quinto, número quatro, alíneas a) e b) da Lei Orçamento Estado -, deverá o órgão executivo excepcionar da autorização genérica que ora se propõe os contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, bem como, os contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica. _____

Propõe-se que:

Um. A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere para efeitos do previsto nos números quatro e dez do artigo septuagésimo quinto da Lei sessenta e quatro B barra dois mil e doze, de trinta e um de dezembro (Lei Orçamento Estado dois mil e treze), e nos número quatro e cinco do artigo trigésimo quinto da Lei número doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro, na sua atual redação, emitir parecer prévio genérico favorável à celebração e renovação de contratos de prestação de serviços, sempre que a adjudicação decorra da tramitação processual prevista na alínea a) do número um do artigo vigésimo do Código dos Contratos Públicos. _____

Dois. A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere, ainda, que os serviços contratados a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, obedeçam previamente à verificação do cabimento orçamental a efetuar pela Seção Financeira e à demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no número um do artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze, quando a ela houver lugar. _____

Três. A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere, também, que até ao término do mês de janeiro de dois mil e catorze, seja elaborada competente lista das adjudicações e



contratos celebrados a coberto da autorização prévia concedida, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental, a qual deverá ser presente ao órgão executivo para conhecimento. _____

Quatro. A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere excepcionar da autorização genérica, a celebração ou renovação dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, bem como, os contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, independentemente da natureza da contraparte e do valor. _____

Sobral de Monte Agraço, vinte e quatro de outubro de dois mil e treze _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Engenheiro" _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, para efeitos do previsto nos números quatro e dez do artigo septuagésimo quinto da Lei sessenta e quatro B barra dois mil e doze, de trinta e um de dezembro (Lei Orçamento Estado dois mil e treze), e nos números quatro e cinco do artigo trigésimo quinto da Lei número doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro, na sua atual redação, emitir parecer prévio genérico favorável à celebração e renovação de contratos de prestação de serviços, sempre que a adjudicação decorra da tramitação processual prevista na alínea a) do número um do artigo vigésimo do Código dos Contratos Públicos. _____

Deliberou, ainda, que os serviços contratados a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, obedeçam previamente à verificação do cabimento orçamental a efetuar pela Seção Financeira e à demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no número um do artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze, quando a ela houver lugar. _____

Deliberou, também, que até ao término do mês de janeiro de dois mil e catorze, seja elaborada competente lista das adjudicações e contratos celebrados a coberto da autorização prévia concedida, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental, a qual deverá ser presente ao órgão executivo para conhecimento. _____

Mais deliberou, excepcionar da autorização genérica, a celebração ou renovação dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, bem como, os contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, independentemente da natureza da contraparte e do valor. _____

Dois.dois – Contrato de Prestação de Serviços – Serviços de Eletricidade – Parecer Prévio Vinculativo – Artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze (Lei sessenta e seis B barra dois mil e doze, de trinta e um de dezembro) _____

O Senhor Presidente explicou que a proposta apresentada visa a emissão de parecer prévio à celebração de um contrato de prestação de serviços de eletricidade de modo a fazer face às necessidades de manutenção elétrica nos edifícios e equipamentos da Câmara, escolas e atividades diversas. _____

Disse que desde a aposentação do electricista que integrava o quadro de pessoal da Autarquia, foram abertos dois concursos de provimento. No entanto, e atendendo à remuneração proposta – ordenado mínimo – os procedimentos ficaram desertos. Continuando a verificar-se a necessidade dos serviços, desde essa data que se celebram contratos de prestação de serviços. Por fim, disse que serão convidadas duas empresas a apresentar proposta e adjudicado o contrato àquela que apresentar as melhores condições. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, no âmbito da proposta apresentada e tendo em conta que as empresas a convidar não pertencem ao Concelho, disse que seria um bom princípio apostar nas empresas sedeadas no Município, enquanto estímulo à economia local. _

O Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que, eventualmente, a adoção deste procedimento poderá ser mais oneroso, contudo, uma vez que foi aberto concurso para preenchimento do lugar e tendo ficado o mesmo deserto, parece não restar outra hipótese. ____

O Senhor Presidente, no âmbito das palavras proferidas pelos Senhores Vereadores, disse que foram consultadas informalmente algumas empresas do Concelho, contudo, face a constrangimentos diversos não se encontravam em condições de apresentar proposta mesmo que o convite lhes fosse formulado. _____

O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta: _____

Contrato de Prestação de Serviços – Serviços de Eletricidade - Parecer Prévio Vinculativo – Artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze (Lei sessenta e seis B barra dois mil e doze, de trinta e um de dezembro) _____

Considerando que: _____

Um.) A celebração de contratos de tarefa e de avença pelos Municípios, pode ter lugar nos termos e condições previstas no artigo trigésimo quinto da Lei doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro, alterada pelas Leis sessenta e quatro A barra dois mil e oito, de trinta e um de dezembro, três B barra dois mil e dez, de vinte e oito de abril, trinta e quatro barra dois mil e dez, de dois de setembro, cinquenta e cinco A barra dois mil e dez, de trinta e um de dezembro, sessenta e quatro B barra dois mil e onze, de trinta de dezembro e sessenta e seis barra dois mil e doze, de trinta de dezembro e Decreto Lei quarenta e sete barra dois mil e treze, de cinco de abril; _____

Dois.) Nos termos do artigo sexto do Decreto Lei duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de setembro, só a celebração de contratos de avença e tarefa com pessoas singulares, nas condições referidas no número quatro, do artigo trigésimo quinto da Lei doze A barra dois mil e oito, de vinte e oito de fevereiro, depende de deliberação favorável do órgão executivo. No entanto, após a publicação da Lei Orçamento Estado dois mil e onze (Lei cinquenta e cinco A barra dois mil e dez, de trinta e um de Dezembro – artigo vigésimo segundo, números dois e quatro), bem como da Lei Orçamento Estado de dois mil e doze (Lei sessenta e quatro B barra



dois mil e onze, de trinta de Dezembro) e Lei Orçamento Estado de dois mil e treze (Lei sessenta e seis B barra dois mil e doze, de trinta e um de dezembro), os contratos de prestação de serviços, independentemente da natureza da contraparte carecem de parecer prévio vinculativo do órgão executivo (artigo septuagésimo quinto, números quatro, cinco e dez deste diploma legal); _____

Três.) Nos termos do artigo septuagésimo quinto, número dez da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze, o parecer prévio vinculativo do órgão executivo, deve ser antecedido da verificação de que se encontram preenchidos os requisitos constantes do seu número quatro e das alíneas a), b) e c) do seu número cinco, que estipulam: _____

“... 4 - Carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças..., nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria do referido membro do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 02 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: _____

a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; _____

b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica. _____

5 - O parecer previsto no número anterior depende da: _____

a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ... e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; _____

b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; _____

c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1. _____

(...) _____

10 - Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril.” _____

Quatro.) Para a Administração Central foi publicada a Portaria dezasseis barra dois mil e treze, de dezassete de janeiro, a qual define os termos e a tramitação do parecer a que se refere o número quatro do artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze. _____

No âmbito da Administração Local não foi publicada a Portaria mencionada no número dez do artigo septuagésimo quinto, razão pela qual se julga adequado aplicar, com as devidas adaptações os termos e trâmites previstos no número cinco do supra citado artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze e da Portaria dezasseis



barra dois mil e treze, de dezassete de janeiro, para efeitos de emissão de parecer prévio vinculativo por parte do órgão executivo. _____

Cinco.) O número dois do artigo terceiro da Portaria dezasseis barra dois mil e treze, de dezassete de janeiro estabelece os elementos a que deve obedecer o pedido de parecer: _____

"... 2 — O pedido de parecer é instruído com os seguintes elementos: _____

a) Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir e inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; _____

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; _____

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato; _____

d) Informação sobre a contraparte; _____

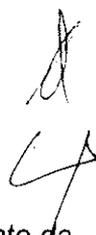
e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do art. 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, ..., juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte". _____

Seis.) Para efeitos do disposto na alínea a) do número cinco do artigo septuagésimo quinto, da Lei Orçamento Estado, bem como da alínea a) do número dois da Portaria supra identificada, o contrato de prestação de serviços que ora se pretende parecer prévio favorável, **tem por objeto a prestação de serviços de eletricidade aos edifícios, equipamentos e atividades do Município.** _____

O Contrato de que ora se requer pedido de parecer prévio vinculativo, configura uma verdadeira prestação de serviços, atendo a que visa o resultado de um determinado serviço, prestado de forma livre, sem qualquer sujeição à direção, hierarquia ou controle por parte do contraente público - Município, sendo o prestador de serviços única e exclusivamente responsável pelo modo de realização da atividade, a qual orienta por si, de forma a alcançar os fins contratualizados. _____

Dito de outra forma, no âmbito do contrato de prestação de serviços que se pretende celebrar, são constituídas relações de trabalho autónomo (por contraposição ao trabalho subordinado), sendo que o prestador dos serviços, mantém o controlo pleno e absoluto da atividade por si desenvolvida e correspondente ao objeto contratual, pelo que a essência da sua obrigação é apenas o resultado dessa mesma atividade. _____

No que respeita à obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, nos termos do número três do artigo terceiro da Portaria em referência esta só "... entra em vigor nos termos e condições previstos na Portaria a que se refere o n.º 2 do art. 33.º-A da Lei 53/2006, de 07 de dezembro". _____



Sete.) Para efeitos do disposto na alínea b) do número cinco, do artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze e alínea b) do número dois do artigo terceiro da Portaria, a despesa inerente ao contrato a celebrar tem cabimento orçamental para o corrente exercício económico no Orçamento de dois mil e treze – aprovado por deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, respetivamente em dezassete e vinte e oito de dezembro de dois mil e doze - na rubrica zero quatro barra zero dois ponto zero dois ponto vinte ponto zero três. _____

Oito.) Para efeitos do disposto na alínea c) do número dois do artigo terceiro da Portaria dezasseis barra dois mil e treze, de dezassete de janeiro - Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato – informa-se que o valor correspondente ao benefício económico do adjudicatário estará na base de cálculo do valor do contrato para escolha do procedimento de contratação pública a adotar ao abrigo do Código dos Contratos Públicos. _____

Nove.) Para efeitos do disposto na alínea c) do número um, do artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado dois mil e treze e alínea e) do número dois do artigo terceiro da Portaria, sempre se dirá que ao caso presente não se aplica a previsão do artigo vigésimo sétimo da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze, por remissão do número um do artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze (redução remuneratória), porquanto, e apesar do contrato ter idêntico objeto de um contrato anteriormente celebrado pela Autarquia, estamos perante uma prestação de serviços na modalidade de avença, sendo considerado o valor mensal, valor que ficará aquém da previsão do artigo vigésimo sétimo da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze, por remissão dos número um e dois do artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado de dois mil e treze. _____

Dez.) Para efeitos da alínea c) do número um do artigo sexto da Lei oito barra dois mil e doze, a presente despesa plurianual será objeto de deliberação da Assembleia Municipal previamente ao início do procedimento concursal. _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere emitir parecer favorável à celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença, cujo objeto visa a **prestação de serviços de eletricidade**, por um período de três anos, de acordo com o disposto nos artigos trigésimo quinto e trigésimo sexto da Lei doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro, com as alterações da Lei sessenta e quatro A barra dois mil e oito, de trinta e um de dezembro e Lei três B barra dois mil e dez, de vinte e oito de abril, trinta e quatro barra dois mil e dez, de dois de setembro, cinquenta e cinco A barra dois mil e dez, de trinta e um de dezembro, Lei sessenta e quatro B barra dois mil e onze, de trinta e um de dezembro, Lei sessenta e seis barra dois mil e doze, de trinta e um de dezembro, artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado para dois mil e treze e Decreto Lei quarenta e sete barra dois



mil e treze, de cinco de abril. _____

Sobral de Monte Agraço, vinte e quatro de outubro de dois mil e treze _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Engenheiro" _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença, cujo objeto visa a **prestação de serviços de eletricidade**, por um período de três anos, de acordo com o disposto nos artigos trigésimo quinto e trigésimo sexto da Lei doze A barra dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro, com as alterações da Lei sessenta e quatro A barra dois mil e oito, de trinta e um de dezembro e Lei três B barra dois mil e dez, de vinte e oito de abril, trinta e quatro barra dois mil e dez, de dois de setembro, cinquenta e cinco A barra dois mil e dez, de trinta e um de dezembro, Lei sessenta e quatro B barra dois mil e onze, de trinta e um de dezembro, Lei sessenta e seis barra dois mil e doze, de trinta e um de dezembro, artigo septuagésimo quinto da Lei Orçamento Estado para dois mil e treze e Decreto Lei quarenta e sete barra dois mil e treze, de cinco de abril. _____

TRÊS. PAGAMENTOS _____

O Senhor Presidente informou a Câmara que, nos termos da competência que lhe é conferida pela alínea h), do número um, do artigo trigésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, tinha autorizado o pagamento das despesas respeitantes às ordens de pagamento números **dois mil duzentos e setenta e dois a dois mil quinhentos e sessenta e nove** num valor total de **oitocentos e setenta mil setecentos e quarenta e oito euros e setenta cêntimos**. _____

II

EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

UM. EDUCAÇÃO _____

Um.um – Ação Social Escolar – Atribuição de Subsídio para Aquisição de Livros e Material Escolar e Subsídio para Refeições _____

O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta: _____

Ação Social Escolar – Atribuição de Subsídio para aquisição de livros e material escolar e subsídio para refeições _____

Considerando que: _____

a) A Educação e a Ação Social constituem, indubitavelmente, atribuições dos Municípios, de acordo com o disposto no artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e h) da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro; _____

b) Nos termos da alínea hh), número um, do artigo trigésimo terceiro do diploma citado, compete à Câmara Municipal, deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita à atribuição de auxílios económicos a estudantes; _____



- c) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou em dezanove de agosto de dois mil e treze, os subsídios a atribuir no âmbito da ação social escolar, sendo que os pedidos aqui objeto de deliberação foram, por razões várias, entregues e devidamente analisados após essa data, havendo assim necessidade da Câmara Municipal se voltar a pronunciar; _
- d) Após terem sido analisados os processos de candidatura ao apoio escolar para aquisição de livros e material escolar, constatou-se a necessidade de atribuir **um subsídio para aquisição de livros e material escolar** no valor de **quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos** aos alunos **Domingos Marçal Rodrigues Moreno e Tiago André Ferreira da Silva** (de acordo com as informações da DECAS números cento e noventa e nove e duzentos e três barra dois mil e treze barra EDU), bem como, a necessidade de atribuir subsídio para o serviço de refeições, aos alunos **Laura Maria Cunha Santos, Tiago André Ferreira da Silva, Ângela Sofia Ferreira da Silva, Ângela Beatriz Mourato Malaquias Coutinho e Paulo Jorge Gomes Ferreira – Primeiro Escalão** e ao aluno **Martim Filipe Carvalho Videira – Segundo Escalão** (de acordo com as informações da DECAS número duzentos e um, duzentos e três, duzentos e quatro, duzentos e cinco, duzentos e seis e duzentos e dois barra dois mil e treze barra EDU, respetivamente, anexas à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos). _____

Propõe-se que:

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere conceder apoio escolar **para aquisição de livros e material escolar** no valor de **quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos** aos alunos **Domingos Marçal Rodrigues Moreno e Tiago André Ferreira da Silva** (de acordo com as informações da DECAS números cento e noventa e nove e duzentos e três barra dois mil e treze barra EDU) e atribuir subsídio para o serviço de refeições, aos alunos **Laura Maria Cunha Santos, Tiago André Ferreira da Silva, Ângela Sofia Ferreira da Silva, Ângela Beatriz Mourato Malaquias Coutinho e Paulo Jorge Gomes Ferreira – Primeiro Escalão** e ao aluno **Martim Filipe Carvalho Videira – Segundo Escalão**, de acordo com as informações da DECAS números duzentos e um, duzentos e três, duzentos e quatro, duzentos e cinco, duzentos e seis e duzentos e dois barra dois mil e treze barra EDU, respetivamente, anexas à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. ____

Sobral de Monte Agraço, vinte e quatro de outubro de dois mil e treze _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Engenheiro” _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, conceder apoio escolar **para aquisição de livros e material escolar** no valor de **quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos** aos alunos **Domingos Marçal Rodrigues Moreno e Tiago André Ferreira da Silva** (de acordo com as informações da DECAS números cento e noventa e nove e duzentos e três barra dois mil e treze barra EDU) e atribuir subsídio para o serviço de refeições, aos alunos **Laura Maria Cunha Santos, Tiago André Ferreira da Silva, Ângela**

Sofia Ferreira da Silva, Ângela Beatriz Mourato Malaquias Coutinho e Paulo Jorge Gomes Ferreira – Primeiro Escalão e ao aluno Martim Filipe Carvalho Videira – Segundo Escalão, de acordo com as informações da DECAS números duzentos e um, duzentos e três, duzentos e quatro, duzentos e cinco, duzentos e seis e duzentos e dois barra dois mil e treze barra EDU, respetivamente, anexas à presente deliberação dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

III

OUTROS

Um.um – Encerramento da Repartição de Finanças de Sobral de Monte Agraço _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta: _____

Encerramento da Repartição de Finanças de Sobral de Monte Agraço _____

Considerando que: _____

a) Notícias vindas a público indicam que no âmbito do processo de reestruturação dos serviços de finanças previsto no memorando de entendimento com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, cerca de metade das trezentas e quarenta repartições locais de finanças vai fechar até Junho de dois mil e catorze; _____

b) No âmbito do chamado Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Ministério das Finanças existe já um primeiro draft de Repartições a encerrar, entre as quais está incluída a Repartição de Finanças de Sobral de Monte Agraço; _____

c) Concretizando-se o anunciado encerramento, os sobralenses vão ser alvo de mais uma redução dos serviços públicos que lhes são prestados; _____

d) A anunciada decisão do governo vem prejudicar fortemente a população sobralense, sobretudo quem tem maior dificuldade de mobilidade e menores recursos financeiros; _____

e) A política de um Estado de serviços mínimos que vem sendo seguida cegamente pelo atual Governo deve merecer uma forte condenação por parte das autarquias locais, entidades da administração do Estado que mais perto estão dos cidadãos. _____

Propõe-se que: _____

Um – A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço solicite, com caráter de urgência, uma reunião com a Senhora Ministra das Finanças, com vista a manifestar veemente oposição ao encerramento da Repartição de Finanças de Sobral de Monte Agraço; _____

Dois - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço solicite, com caráter de urgência, reuniões com os vários grupos parlamentares da Assembleia da República, com idêntico propósito da reunião referida no ponto anterior; _____

Três - A Câmara Municipal de Sobral Monte Agraço aprove uma Moção de repúdio à possibilidade de encerramento da Repartição de Finanças de Sobral de Monte Agraço. _____



Sobral de Monte Agraço, vinte e quatro de outubro de dois mil e treze _____

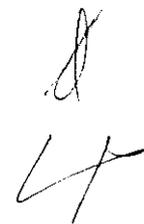
O Vereador da Câmara Municipal, assinado, Pedro Coelho dos Santos, Doutor” _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que a proposta apresentada resultava das informações que têm vindo a ser publicadas na comunicação social relativas à pretensão do Governo de encerrar, em cerca de metade, as repartições de finanças existentes no País. Disse que já foi apresentada uma listagem onde constam as repartições a fechar, nela constando a de Sobral de Monte Agraço e de alguns outros Concelho vizinhos, designadamente Arruda dos Vinhos, Bombarral e Cadaval. Continuou a sua intervenção, dizendo que o encerramento deste serviço se traduz na degradação da vida da população, criando mais dificuldades, designadamente para todos aqueles que não têm transporte próprio e que serão obrigados a deslocar-se para outros Concelhos. Referiu, ainda, que com estes encerramentos o Governo apenas irá poupar ao nível dos custos das instalações, pois os funcionários continuarão ao serviço. No entanto, e como a maioria das instalações são do Estado, na prática a poupança vai restringir-se aos custos da água e da luz. Assim, disse que, e no seu entender, o Município se deveria antecipar à comunicação oficial do encerramento, demonstrando o seu descontentamento junto das entidades competentes de modo a ser possível uma reversão da decisão anunciada. _____

O Senhor Presidente disse que este é um assunto de manifesto interesse público municipal e ao qual a Autarquia tem estado atenta. Informou que, há seis meses, participou com o então Presidente numa reunião em Peniche, sobre esta matéria, e onde esteve presente o Senhor Secretário de Estado, tendo sido anunciada a intenção do Governo de encerrar cento e sessenta repartições de finanças, na sequência do acordo assinado, pelo PS, com a TROIKA. Disse que na referida reunião foi evidenciada a situação do Sobral realçando o transtorno desta situação para a população, pois os munícipes passariam a deslocar-se ao concelho vizinho, nomeadamente, a Torres Vedras, para tratar das suas questões. Também o Presidente da CIM Oeste e da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, Carlos Lourenço, manifestou publicamente o seu profundo repúdio pela questão. Contudo, o Senhor Secretário de Estado apresentou a questão como definitiva, sendo certo que seria sempre assegurado um posto de atendimento, tipo tesouraria. À data foi aprovado um voto de protesto na CIM Oeste pela decisão que a ser tomada afetaria quatro dos seus Municípios. _____

Continuando a sua intervenção, disse que no Concelho a poupança com as instalações é uma questão que não se coloca, pois o Estado é proprietário de um edifício, mesmo ao lado das atuais instalações, o qual poderá ser aproveitado. _____

Informou que após a tomada de posse, entrou em contato com o gabinete da Senhora Ministra das Finanças, Doutora Maria Luisa Albuquerque, tendo sido prestada a informação de que não valia a pena efetuar mais contactos ou pedidos de audiência, pois relativamente a esta matéria nenhuma medida seria tomada sem que, previamente, fossem ouvidos os autarcas envolvidos.



O Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que, evidentemente, estava solidário com a posição da Autarquia e contra a decisão do Estado de encerramento da Repartição de Finanças. Disse que um Município deve ter um conjunto de serviços mínimos que garantam a sua autonomia, referindo que a Autarquia deve ser firme no conjunto de iniciativas a tomar contra esta situação de modo a que possa ser o Concelho a ganhar. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, solicitar, com caráter de urgência, uma reunião com a Senhora Ministra das Finanças, com vista a manifestar veemente oposição ao encerramento da Repartição de Finanças de Sobral de Monte Agraço; _____

Mais deliberou, solicitar, com caráter de urgência, reuniões com os vários grupos parlamentares da Assembleia da República, com idêntico propósito da reunião referida no ponto anterior; _____

Deliberou, ainda, aprovar uma Moção de repúdio à possibilidade de encerramento da Repartição de Finanças de Sobral de Monte Agraço. _____

Um.dois – Proposta de transmissão das reuniões da Câmara Municipal em Livestream _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta: _____

Proposta de transmissão das reuniões da Câmara Municipal em Livestream _____

Considerando que: _____

a) Deve ser preocupação das autarquias locais a implementação de políticas e de medidas que contribuam para aumentar o envolvimento e a participação dos cidadãos na vida dos órgãos autárquicos; _____

b) As reuniões da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço são, por diversos motivos, pouco participadas por parte dos cidadãos; _____

c) É obrigação da Câmara Municipal, atendendo à constatação referida na alínea anterior, eliminar barreiras ao conhecimento por parte dos cidadãos daquilo que se passa nas reuniões do executivo municipal; _____

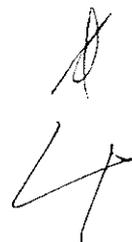
d) Todas as reuniões da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço são públicas, salvo decisão pontual em contrário; _____

e) Existem, nos dias de hoje, formas simples tecnologicamente e extremamente baratas, através da plataforma Internet, de emissão em tempo real de imagem e som. _____

Propõe-se que: _____

Um – As reuniões públicas, ordinárias e extraordinárias, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço sejam transmitidas (som e imagem) em Livestream, através da página na Internet do município; _____

Dois – O Gabinete de Informática da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço implemente



o ponto um desta Proposta, com início na reunião do próximo dia dois de dezembro de dois mil e treze. _____

Sobral de Monte Agraço, vinte e quatro de outubro de dois mil e treze _____

O Vereador da Câmara Municipal, assinado, Pedro Coelho dos Santos, Doutor” _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse ser visível a pouca participação dos cidadãos nas reuniões de câmara, pelo que a transmissão em *Livestream* podia ser uma forma de aproximar a população da Autarquia. Disse que este é um procedimento já adotado em algumas câmaras do País, o qual irá permitir uma maior transparência das decisões tomadas em reunião de Câmara. _____

O Senhor Presidente disse que, no momento, a Autarquia não dispõe de condições técnicas para assegurar a transmissão como pretendido. Disse que todas as reuniões de câmara são públicas e que, obviamente, se pretende a maior participação possível da população. Contudo, e na sua opinião, considerou que a transmissão, via internet, irá afastar a população, ao invés de a aproximar, pois o que se pretende é que a aproximação seja real e não virtual. Disse que o procedimento poderá ter vantagens para a população que, por alguma razão, esteja longe mas, por outro lado, levará a que a participação presencial seja cada vez mais reduzida. Como já referiu, a intenção de aproximação da população deve ser presencial, ou seja, trazer a população até às instalações da Autarquia. _____

Informou que está a ser equacionada uma reformulação dos equipamentos existentes, através de uma candidatura ao SAMA, pelo que e após a implementação deste projeto, talvez possa ser reavaliada a presente proposta. _____

O Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que, mais importante do que a transparência das reuniões de câmara, pois esta já existe, é a sua divulgação, sendo a favor de todos os meios de difusão. Contudo, tendo em conta que não existem condições técnicas e sendo este um serviço que deverá ter alguma qualidade, disse que se iria abster na votação da presente proposta. Disse, ainda, que muitas das pessoas que assistem às reuniões de câmara são funcionários da Câmara Municipal, mas cabe, também, ao executivo trazer a população a esta sede. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, disse que no seu entender, este procedimento não afastará a população, sendo apenas mais um contributo para que a população esteja informada. _____

O Senhor Vereador Sérgio Bogalho disse que a política adotada é a de trazer a população à sede da Autarquia e que, a ser adotado este procedimento, terão de ser ponderados alguns fatores, nomeadamente, o facto da população poder assistir mas não poder efetuar qualquer intervenção. No que concerne às questões técnicas, disse que os equipamentos necessários têm algum custo e, como referido pelo Senhor Presidente, a Autarquia, de momento, não dispõe de condições para o efeito. _____



A Senhora Vereadora Patrícia Vitorino disse que a proximidade com a população é muito importante e que tendo em conta o Concelho do Sobral e a sua dimensão, esta proximidade tem sido um ponto muito forte na atuação da Autarquia. Continuou dizendo que a Autarquia estará sempre disponível para a população, que a interação com a população é essencial e que, das intervenções efetuadas pelo público nas reuniões de câmara, não foram apenas colocados problemas, foram também efetuados alguns elogios ao trabalho realizado, situação muito gratificante. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço recusou a proposta de transmissão das reuniões públicas, ordinárias e extraordinárias, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço (som e imagem) em *Livestream*, através da página na Internet do Município, com três votos contra da CDU – Coligação Democrática Unitária, uma abstenção da Coligação “Juntos pela Nossa Terra” e um voto a favor do PS. _____

O Senhor Presidente deu, ainda, conhecimento de uma outra proposta apresentada pelo Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, que consistia numa atualização dos dados dos eleitos a constar no *site* do Município. Contudo, disse que a mesma não foi agendada para esta reunião, pois trata-se de uma competência de gestão ordinária do Presidente da Câmara. Neste sentido, informou que o site está em reformulação e que o Senhor Vereador Sérgio Bogalho estava encarregue da atualização dos dados do executivo que deverão constar no mesmo. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos agradeceu ao Senhor Presidente, pois embora não tivesse agendado o assunto, não deixou de dar conhecimento do mesmo. _____

IV

DIVERSOS

Seguidamente o Senhor Presidente prestou diversas informações de interesse municipal. _____

O Senhor Presidente começou por dar conhecimento de um conjunto de despachos proferidos por si, tendo sido distribuídas cópias a todo o executivo, designadamente Despacho número catorze barra dois mil e treze – Designação de Vereador a Tempo Inteiro e do Vice-Presidente, Despacho número quinze barra dois mil e treze – Designação de Vereador a Tempo Inteiro, Despacho número dezasseis barra dois mil e treze – Gabinete de Apoio à Presidência – Designação dos Membros, Despacho número dezassete barra dois mil e treze – Gabinete de Apoio à Vereação, Despacho número dezoito barra dois mil e treze – Distribuição de Funções e Despacho número dezanove barra dois mil e treze – Delegação de Competências nos Vereadores. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos solicitou a palavra para pedir alguns esclarecimentos relativamente ao Clube Sénior. Disse que há uns meses atrás foi convidado para fazer uma palestra sobre o número europeu de emergência, primeiros socorros e sistema integrado de emergência. Uma vez que se encontrava em período pré-eleitoral e para evitar



qualquer mal entendido que pudesse ser interpretado como aproveitamento político, solicitou o adiamento da iniciativa, a qual ficou agendada para vinte e dois de novembro. Do que lhe foi transmitido, a Autarquia recusou a cedência do auditório municipal para o efeito, alegando que o convidado em questão estaria vetado. A verificar-se esta situação ela é, no mínimo, inaceitável. _____

A Senhora Vereadora Patrícia Vitorino disse que o Clube Sénior era um projeto da Câmara Municipal e dinamizado, maioritariamente, por voluntários, os quais, no âmbito da legislação em vigor, têm direitos, mas também têm um conjunto de obrigações e deveres. No caso referido, disse que o procedimento adotado não foi o correto, pois enquanto for a Autarquia a dinamizar o Clube Sénior, tem de ser ouvida previamente à concretização dos eventos e iniciativas, sendo que no presente caso, a Câmara Municipal foi a última a ter conhecimento da situação, apresentando-se esta como facto consumado. _____

Continuando a sua intervenção, disse que a decisão tomada não estava ligada a qualquer questão pessoal, contudo, não se pode ignorar que recentemente teve lugar uma campanha eleitoral na qual alguns membros do executivo foram ofendidos e sendo este um projeto autárquico não lhe parece correto arrastar questões políticas para o interior do Clube Sénior. Finalizando a sua intervenção, agradeceu aos voluntários que prestaram e prestam serviço no Clube Sénior, tendo dado conhecimento da comunicação dirigida aos membros do Clube, que a seguir se transcreve: _____

*"Caro/a participante das aulas de Cultura e Sociedade e/ou Artes Cénicas, _____
Como penso ser do vosso conhecimento, os professores que dinamizavam estas aulas, o Sr. José Belo e o Sr. Manuel Hortêncio, decidiram terminar a sua colaboração com o Clube Sobral Sénior Ativo. _____*

Não gostaria deixar de passar a oportunidade de junto de vós manifestar o meu sentido agradecimento pelo trabalho que desenvolveram, pelo empenho que demonstraram, por tudo o que de si deram a este projeto. Estas saídas representam perdas significativas, no sentido em que o trabalho que desenvolveram vai para além da mera transmissão de conhecimentos ou saberes. Sabemos da simpatia que irradiavam, dos laços que promoveram, do ânimo que trouxeram a tantas vidas, às vossas vidas. _____

*É por isso que lamentamos a sua saída sob todos os pontos de vista. No entanto, enquanto voluntários, têm todo o direito de não continuarem a desenvolver a atividade voluntária. _____
Apesar de lhes ter sido pedido, em termos pessoais e institucionais, que reconsiderassem a sua decisão, e depois de apresentados todos os argumentos, só podemos respeitar essa decisão. _____*

Aos voluntários assiste um conjunto de direitos e deveres, entre os quais o de sair ou permanecer quando desejarem; às entidades assiste também um conjunto de direitos e



deveres, entre os quais aceitar os voluntários que lhe parecem adequados ao desenvolvimento dos projetos de voluntariado que promove, e de definir os procedimentos e orientações. _____

Pese embora esta contrariedade, continuaremos a procurar e a investir em respostas que tragam qualidade de vida às nossas populações e, nesse sentido, continuamos a investir no Clube Sobral Sénior Ativo enquanto projeto. As novas instalações são disso exemplo, e é meu desejo que os participantes se apropriem daquele espaço e que o vejam como um recurso que traz qualidade às suas vidas. _____

Estamos e estaremos disponíveis para as vossas sugestões e para os vossos contributos neste processo sempre inacabado de encontrar novas soluções. _____

Sempre ao vosso dispor, _____

A Vereadora _____

Patricia Vitorino" _____

O Senhor Presidente disse que o cerne da questão se prendeu com o facto de que, quando foi dado conhecimento da iniciativa à Autarquia, a mesma foi apresentada como uma decisão tomada, sendo que em nenhuma das anteriores iniciativas foi este o procedimento adotado. Disse que aquando da realização de cada projeto, no âmbito do Clube Sénior, há a necessidade de ser acordado previamente com o coordenador. Em suma, disse que foram quebradas algumas regras tendo dado origem a uma situação que ponderada de outra forma poderia ter tido outro desfecho. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, na sequência das intervenções proferidas pela Senhora Vereadora e pelo Senhor Presidente, disse que o que está em causa são questões pessoais, sendo ele um cidadão no pleno gozo dos seus direitos, referindo ter pena que o Município não saiba aproveitar as oportunidades. Ainda a propósito, questionou diretamente a Senhora Vereadora Patricia Vitorino sobre quais as ofensas de que tinham sido alvo durante a campanha. Disse que esta acusação já havia sido referida algumas vezes, nomeadamente, pelo Senhor Presidente, no discurso efetuado aquando da tomada de posse, pelo que gostaria de saber qual o teor das ofensas. _____

O Senhor Presidente disse que durante a campanha havia sido confrontado com algumas situações complicadas e constrangedoras, nomeadamente, um vídeo publicado na internet, onde era referido que o anterior executivo reprimia e perseguia os trabalhadores apoiantes do PS e não auxiliava as associações do concelho que nos seus órgãos sociais tinham simpatizantes do PS. Estas acusações, de extrema gravidade, não correspondem de todo à verdade e nunca se haviam verificado em campanhas anteriores. Salientou, ainda, outras situações menos ofensivas como a colocação sistemática dos cartazes do PS nos mesmos locais dos da CDU. _____

A Senhora Vereadora Patricia Vitorino disse que o Senhor Presidente já tinha esclarecido as questões ofensivas pelo que não se iria pronunciar por inutilidade de repetição. Contudo, disse



que as palavras proferidas não eram justas para com os funcionários que trabalham no Município, nem para com aqueles que dão a cara pela Autarquia. No que concerne ao Clube Sénior, referiu que a equipa da Ação Social, tudo fará para encontrar soluções que permitam dar continuidade a um projeto tão nobre. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que faria chegar junto do Senhor Presidente o discurso que proferiu aquando da iniciativa divulgada via internet, sugerindo-lhe a sua leitura integral. No que diz respeito aos cartazes, disse não ter sido o PS a iniciar as hostilidades. _____

O Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que, independentemente dos momentos mais aguerridos que normalmente surgem numa campanha, disse ter gostado muito de participar nesta campanha eleitoral. _____

Continuando a sua intervenção disse que durante a campanha teve oportunidade de verificar a existência de um esgoto a correr a céu aberto, na localidade de Chancos, tendo solicitado a atenção da Autarquia para a situação. _____

O Senhor Presidente disse que a Autarquia tem conhecimento da situação e que a família que reside no local está referenciada pelos serviços camarários, tendo vindo a ser prestado todo o apoio possível para minimizar a situação. _____

A propósito da realização da XV Feira das Tasquinhas, que decorreu de vinte e cinco a vinte e sete de outubro, o Senhor Presidente disse que apesar do tempo de crise e de manifestas dificuldades que o País atravessa, o certame foi bastante participado e com muita animação. Disse que foram três dias de grande participação, tendo demonstrado a sua satisfação pelo sucesso da iniciativa. Manifestou um agradecimento às Associações que participaram. Por fim, disse reconhecer que apesar do Pavilhão do Soeirinho não oferecer as melhores condições, tem sido possível realizar momentos de grande associativismo. Reiterou o agradecimento às Associações e Coletividades que deram ao Sobral três dias de convívio, animação e alegria. ____
Deu conhecimento de um convite formulado pela Tertúlia Tauromáquica Sobralense, dirigido a todo o executivo, para o jantar de aniversário, a ter lugar no dia um de novembro, pelas vinte horas. _____

Informou, ainda, que a Feira de Todos os Santos, realizada tradicionalmente no dia um de novembro, terá lugar no dia três de novembro, devido à extinção do feriado. Mais informou que o mercado mensal do dia dois de novembro, também se iria realizar, apesar da proximidade com a Feira de Todos os Santos, pois tinha sido essa a vontade expressa dos feirantes. _____

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, saudou o público presente, o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, bem como os funcionários da Autarquia. Disse que, à exceção de uma ou outra reunião, não era seu hábito comparecer nas reuniões de câmara. Enquanto Presidente da Assembleia Municipal, fez votos de que o mandato corra bem, tendo demonstrado a sua total disponibilidade para

colaborar com o executivo. _____

Face às palavras trocadas entre os membros do executivo e onde foi feita uma alusão aos momentos mais calorosos da campanha, disse que, sem dúvida, não se podia arrumar a casa sem primeiro a desarrumar. Assim, e uma vez que foi esclarecida a situação, disse que a partir deste momento cada um tinha a responsabilidade dos votos que tinha recebido, devendo, por isso, trabalhar em conjunto pelo desenvolvimento do Concelho. _____

V

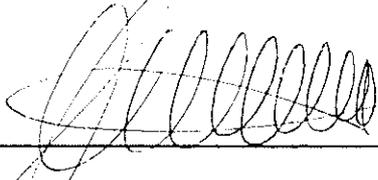
ABERTURA AO PÚBLICO

Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

Estava presente o Senhor Ângelo Raposo que a propósito das intervenções relativas à campanha eleitoral, disse que o discurso efetuado pelo Senhor Presidente, aquando da tomada de posse, tinha sido absolutamente inédito. Continuou dizendo que, também, o Partido Socialista tinha sido agredido e atingido por algumas ações efetuadas por outras forças partidárias durante a campanha. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número um, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, com vista à sua executoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dezanove horas e quarenta minutos, para constar se lavrou a presente ata e eu Maria Manuela Paula de Castro redigi e vou assinar junto do Senhor Presidente. _____

O Presidente da Câmara: _____


O Secretário: _____
